

# SEGURANÇA CAPENGA

Luiz Gustavo Rabelo  
Da equipe do Correio

**P**osicionados lado-a-lado, o secretário de Segurança, Roberto Aguiar, e os comandantes das polícias Civil e Militar, respectivamente, Teodoro Rodrigues e coronel Aníbal Person, sorriram quando avistaram quatro carros da PM entrando no estacionamento na 1ª Delegacia de Polícia (Asa Sul).

Eram quase 10h de ontem e a felicidade, ainda que momentânea, dos homens que formam o tripé da segurança pública da cidade significava o lançamento simbólico da operação Paz nas Ruas. Aguiar explicava que a iniciativa é apenas o começo da campanha homônima que será desenvolvida pelo governo durante este ano de eleições.

As informações sobre a operação são as mais desconstruídas possíveis. Em resumo, trata-se de uma ação conjunta de todos os segmentos da segurança pública: polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e Departamento de Trânsito (Detran).

Segundo Aguiar, o objetivo da operação é reduzir os índices de criminalidade no Distrito Federal. O ano passado registrou um aumento de 3,8% no número de homicídios em relação a 1996, que teve 457 casos desse tipo de crime. Nos primeiros quinze dias deste ano, dezoito pessoas morreram assassinadas. "Em cinco meses pretendemos reduzir em 50% a criminalidade. Por isso, não vamos tolerar qualquer espécie de crime. Nem mesmo os pequenos", prometeu o secretário, influenciado pelo conceito de Tolerância Zero que auxiliou a polícia de Nova York, nos Estados Unidos, a reduzir de maneira significativa a violência naquela cidade.

## INCÓGNITA

O comandante de policiamento da PM, tenente-coronel Dirney Arno Ferreira, explicou que todas as cidades do Distrito Federal serão patrulhadas, durante 24 horas por dia e por tempo indeterminado, por equipes formadas pela PM e pela Polícia Civil. O número de policiais envolvidos nesse trabalho parece, no entan-

Jefferson Rudy



Policiais revistam na comercial da 313 Sul o carroceiro Frederico Oliveira, que criticou a ação da polícia: "Para que esse negócio? Não sou bandido nem assaltante. Sou trabalhador", questionou

to, ser uma incógnita até agora.

A Secretaria de Segurança Pública informa que serão 1,5 mil policiais militares e outros 300 civis. Ferreira diz que são apenas 210 PMs divididos em três turnos de oito horas. Teodoro Rodrigues, mais cauteloso, prefere nem dizer quantos agentes vai colocar nas ruas. "Nosso efetivo é insuficiente. Vamos atuar com o mínimo de policiais, de acordo com a possibilidade de cada delegacia", sustenta.

Considerado pioneiro, o trabalho conjunto entre as duas corporações não encontra eco, entretanto, em alguns setores ligados à segurança pública. "A Polícia Civil tem o dever constitucional de investigar. O policiamento ostensivo tem que ser feito pela PM", fuzila Carlos Henrique Viana de Paula, diretor do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol).

Carlos considera crítica a situação dos agentes que trabalham em delegacias. "As delegacias são pequenos presídios. Agora, além de tomar conta de presos, os agentes vão ter que fazer rondas nas ruas?", questionou. Segundo ele, há casos de delegacias que, durante os plantões, contam com apenas cinco policiais para atendimento da comunidade.

O diretor da Polícia Civil pensa diferente. "Nosso dever também é fazer policiamento preventivo. Temos dever de investigar os crimes, mas também de evitá-los", disse. Para o secretário de segu-

rança, a escassez de quadros deverá ser resolvida "em parte" com a contratação dos aprovados no concurso da Polícia Civil que acontece ainda esse semestre.

## REVISTAS

Aguiar sustentou que vai precisar do apoio da população para conter a criminalidade. "Quero pedir aos cidadãos que não fiquem chateados porque até pessoas de bem serão revistadas, mas sem truculência", alertou.

No primeiro dia de operação, as reações das pessoas revistadas nas ruas eram diversas. A maioria apoiava o trabalho da polícia, mas reclamava da forma de abordagem

dos policiais. "Eles não dizem por que estão fazendo a revista. Já chegam mandando a gente encostar", queixou-se o radialista mineiro Paulo Roberto Cabral, 34 anos.

Paulo mora em Viçosa (MG) e estava fazendo compras com o irmão na comercial da 208 Sul, quando ambos foram abordados pelos PMs. "Em Minas eles primeiro explicam o que estão fazendo", contou.

Surpreendido pela polícia no momento em que recolhia um motor velho numa loja da 313 Sul, o carroceiro Frederico Alves Oliveira, 46 anos, reagiu indignado à abordagem da polícia. "Para que esse negócio? Não sou bandido nem assaltante. Sou trabalhador", protestou.

Segundo Aguiar, para evitar o constrangimento da população durante as revistas, a Secretaria comprou mil de-

ectores de metal, apelidados de pica-pau. "Estamos licitando os aparelhos e creio que em 15 dias eles já poderão ser usados pela polícia", disse.

A estratégia adotada pela polícia, no entanto, dá sinais de que poderá provocar polêmica. De acordo com Djalma Nogueira, integrante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção DF), a polícia não pode revistar as pessoas sem mandado judicial. "O cidadão só pode ser revistado com mandado ou em caso de prisão em flagrante. O policial pode até pedir para revistar quem quer que seja, mas o cidadão tem o direito de negar", explica, lembrando que a Constituição garante a inviolabilidade da integridade pessoal.

■ Leia mais sobre segurança na página 2

